



PARECER JR Nº 27/2020 JUNTA DE RECURSOS JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste (CISDESTE)

MUNICÍPIO: Juiz de Fora

NMAA: Sudeste

SRS: Juiz de Fora

SIGED: 713843-1501-2018

SEI de Encaminhamento à Junta de Recursos: 1320.01.0011836/2018-50

ATIVIDADE SISAUD: 577

RECORRENTE: Honório de Oliveira (Presidente Consórcio CISDESTE)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada no Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste (CISDESTE) sediado no Município de Juiz de Fora, de 3 a 7 de junho de 2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 843/2019, em virtude da seguinte constatação não conforme apontada no Relatório Final de Auditoria, seguida de penalidade e/ou medida corretiva imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado e subsequente comunicação do fato constatado ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais em razão do disposto no §1º, art. 2º da Resolução CFM 2.152 de 10/11/2016, em consequência da seguinte constatação não conforme:

▪ *Constatação nº: 580018 - Irregularidade no funcionamento e no cumprimento das regras gerais por parte da Comissão de Ética Médica do CISDESTE. Em desacordo com a Resolução C.F.M nº 2.152/2016, Capítulo I, art. 1º, Capítulo IV, Seção II, art. 22 e Capítulo V, Seção I, art. 23.*

PARECER

Trata-se de demanda encaminhada pelo DENASUS/MS, originada pela Comissão de Ética Médica do SAMU/CISDESTE, para verificar possível irregularidade na gestão do CISDESTE.



O Auditado se manifestou às fls. 135 e 136 (**Processo SEI de Encaminhamento à Junta de Recursos: 1320.01.0011836/2018-50** - Documento: Defesa do Auditado - 577 (15411786)), objetivando justificar a constatação não conforme supracitada, apontada no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

▪ **Constatação nº: 580018 - Irregularidade no funcionamento e no cumprimento das regras gerais por parte da Comissão de Ética Médica do CISDESTE.**

Assim se manifestou o Auditado:

“O CISDESTE – Consórcio Intermunicipal de Saúde para o Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste, devidamente qualificado nos autos referenciados em epígrafe, vem, por seu representante legal, INTERPOR recurso administrativo contra a decisão de aplicação da penalidade de advertência, o que passa a fazer pelos fatos e fundamentos seguintes.

1– Realizada ampla auditoria, conforme consta do Relatório Final lançado nos autos do processo referenciado em epígrafe, acabou sendo aplicada penalidade de advertência frente a constatação nº 580018, cujas justificativas apresentadas pelo Recorrente, à época, foram acatadas apenas parcialmente.

2– Na realidade, embora se tenha aceito a justificativa de que a Comissão de Ética Médica é autônoma frente ao Recorrente, vez que substância verdadeiro órgão vinculado ao CRM, registrou-se que caberia ao Diretor Técnico prover as condições de funcionamento da mesma. Por isso a sugestão da punição.

3 – Ocorre que conforme amplamente demonstrado na justificativa, o não funcionamento regular da Comissão de Ética Médica do CISDESTE não se deu, de modo algum, por omissão imputável a seu Diretor Técnico, mas sim ao comportamento dos próprios membros eleitos da Comissão, que, estes sim, absolutamente nada fizeram no sentido de implementar o órgão.

4 – Com efeito, o CISDESTE, por seus agentes (inclusive o Diretor Técnico), adotou as medidas necessárias para a criação da Comissão e para a eleição dos respectivos membros, que, a partir de então, detiveram autonomia para tomar as demais medidas necessárias ao bom funcionamento (elaboração e aprovação do Regimento Interno, reuniões periódicas, interação constante com o CRM etc.).



5 – Agora, se nada foi feito, não caberia ao Diretor Técnico, em nítida usurpação de competência, substituir os membros da Comissão para criar atos ou adotar medidas, tampouco destituí-los de seus mandatos. Enfim, se advertência houver de ser aplicada, terá de ser em desfavor dos próprios membros da Comissão, vez que estes e que se quedaram inertes, **data venia**.

6 – Não bastasse isto, sobreleva enfatizar que o Relatório Final não menciona, quanto ao presente item, a fonte normativa que respaldaria a aplicação da pena de advertência, é dizer, em qual lei, qual dispositivo de lei, está capitulada a infração e a respectiva sanção?

7 – Por certo que não se trata de aplicar penalidades da alçada do CRM. Logo, a fonte normativa não pode ser a Resolução CFM 2.152/2016. E como não há qualquer menção a ato normativo (lei, registre-se, porque somente a lei pode capitular infrações e impor sanções no Direito Punitivo), resulta absolutamente nula a autuação.

8 – Face ao exposto, REQUER o CISDESTE que seja CONHECIDO e PROVIDO o recurso ora interposto, com vistas a que seja AFASTADA A PENA DE ADVERTÊNCIA.”

Análise:

O Auditado apresentou justificativas, porém, verificou-se que foram as mesmas apresentadas em primeira instância.

Argumentou que o não funcionamento regular da Comissão de Ética Médica não ocorreu por omissão do Diretor Técnico, mas pelos membros eleitos da referida Comissão que não implementaram o órgão.

Conforme verificado no art. 2º da resolução do CFM nº 2.152/2016 as Comissões de Ética Médica são órgãos de apoio aos trabalhos dos Conselhos Regionais de Medicina dentro das instituições de assistência à saúde. E no § 3º do referido artigo existe a previsão de que as Comissões de Ética Médica são subordinadas e vinculadas aos respectivos Conselhos Regionais de Medicina.

Além disso, o Auditado alegou que não houve menção a ato normativo (lei) que havia sido descumprido, visto que a Resolução do CFM não pode ser considerada para imposição de sanções.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Quanto à alegação por parte do auditado sobre a legislação que prevê a penalidade aplicada, apontamos a Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011, que na Tabela Geral de Constatação Não Conforme estabelece o embasamento formal, técnico e legal do julgamento de práticas consideradas não regulares e dentre outros atos normativos, designa as resoluções dos Conselhos Federais e Regionais de profissionais da área de saúde e orientações das entidades de classe.

Contudo, não vislumbramos na “fonte da evidência” (item do Relatório Final de Auditoria), elementos que demonstrem falta de condições para o



funcionamento da Comissão de Ética Médica, que fosse por inércia ou omissão da Direção do CISDESTE.

Desta maneira, entendemos pelo cancelamento da Penalidade de Advertência Escrita imposta ao consórcio e pela manutenção da comunicação do fato constatado ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais para as medidas cabíveis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e que **foi apresentada justificativa válida e apta a afastar a Aplicação da Penalidade de Advertência Escrita**, consignada na Constatação nº 580018, imposta ao Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste (CISDESTE).

No entanto, sugerimos que **deve ser realizada a comunicação do fato citado na Constatação nº 580018 ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais**, conforme impôs a Equipe de Auditoria, para adoção das medidas cabíveis.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 9 de julho de 2020.